

largo processo de consulta aos cidadãos piauienses, optando por uma estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazos, com ênfase na atuação nos planos local e regional, privilegiando como instrumentos, a consulta e a participação efetiva dos municípios, comunidades e regiões.

Tratou-se, portanto, de uma consulta sobre o perfil dos problemas de políticas públicas estaduais, através de uma ação integrada de planejamento envolvendo todos os órgãos, programas e projetos do governo do Estado. Buscou-se ainda o apoio das organizações da sociedade civil e empresas privadas, mediante um conjunto de atividades regionais capazes de estimular a participação e o engajamento cooperativo das diversas instituições para promoção do desenvolvimento regional sustentável.

O objetivo do governo, ao implementar esta agenda participativa, é promover e coordenar o processo de planejamento para o desenvolvimento regional sustentável do Estado do Piauí, até que possamos alcançar um formato adequado de elaboração participativa da peça orçamentária anual. As ações, em seu todo, visam a:

- (i) Coordenar as iniciativas de desenvolvimento em andamento ou planejadas no Estado do Piauí;
- (ii) Construir de modo participativo os eixos estratégicos regionais norteadores do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável;
- (iii) Estabelecer os territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí;
- (iv) Demarcar a presença do Governo do Estado nas regiões;
- (v) Estreitar a relação Estado/Municípios;
- (vi) Otimizar os recursos públicos disponíveis;
- (vii) Elaborar os Planos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Sustentável;
- (viii) Implementar proposta regional de geração de renda;
- (ix) Formatar e incrementar os arranjos produtivos locais;
- (x) Implantar novas institucionalidades nas comunidades, municipais e regionais (rede de institucionalidades para gerenciamento do desenvolvimento nos âmbitos local, municipal e regional).

Na linha de frente destas atividades cujo horizonte abrange o curto, médio e longo prazos, esteve a realização de Conferências Regionais de Desenvolvimento. Temos ainda, neste momento, a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local Sustentável, e, futuramente, a elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento e implantação de Novas Institucionalidades Regionais.

Como já afirmado, a primeira etapa da proposta, as Conferências Regionais, se iniciou com um Seminário de Articulação de Parceiros para o Desenvolvimento Regional do Piauí, com o objetivo de apresentar a proposta de planejamento regional, mapear as ações/instituições que estão com atividades nos municípios e regiões e formar um grupo interinstitucional para a condução das conferências.

A seguir foram levados a efeito 11 eventos que compuseram a programação de planejamento participativo para elaboração deste Plano Plurianual 2004/2007, realizados então, nos seguintes municípios: Esperantina, Campo Maior, Parnaíba, Teresina, Valença, Picos, Oeiras, São Raimundo Nonato, Floriano, Uruçuí e Corrente. As Conferências foram organizadas de modo que as regiões escolheram representantes de todos os municípios para participar, imprimindo representatividade/legitimidade para elaboração de eixos de desenvolvimento e identificação de projetos prioritários adequados às realidades regionais, contemplando todas as áreas da gestão estadual (saúde, educação, desenvolvimento rural, etc.).

Para privilegiar todas as áreas da gestão estadual, houve a composição de salas temáticas de diagnóstico e planejamento para que os grupos trabalhassem temáticas específicas, analisando a realidade atual e propondo mudanças compatíveis com as dinâmicas da realidade local.

Em cada município e região trabalhados foram constituídos grupos de trabalhos temáticos (no âmbito das comunidades e por segmentos) para elaboração ou atualização dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local Sustentável, e representação dos municípios nos eventos regionais. Esses grupos foram capacitados para acompanhar e supervisionar o processo de elaboração dos planos nos municípios e regiões.

Nas regiões que já dispunham de planos elaborados (Grande Teresina), a proposta foi trabalhada de modo a validar o trabalho anterior e atualizar os eixos de desenvolvimento regional, ocorrendo o mesmo com os planos municipais de desenvolvimento local sustentável.

A elaboração dos planos municipais, etapa posterior às conferências e com execução em andamento, é terceirizada e visa ao objetivo de que não se perca a mobilização iniciada com as Conferências. Assim, foi definida uma estratégia que permita a elaboração dos planos em momentos diferentes, facilitando o processo de acompanhamento.

As entidades/empresas envolvidas seguiram/seguem os passos metodológicos definidos pela SEPLAN, que também especifica a qualidade dos produtos resultantes dos trabalhos contratados. Além do plano de desenvolvimento, o processo gera também um plano de capacitação regional, que será apoiado e/ou executado pela Unidade de Apoio ao Planejamento Municipal (UAPM/SEPLAN).

Paralelamente a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local Sustentável, o Estado prosseguirá, no médio prazo, com a elaboração dos Planos Regionais, a constituição das institucionalidades regionais e implementação dos projetos priorizados nos fóruns regionais, envolvendo outros setores da sociedade e instituições públicas.

Uma vez elaborados, os planos também funcionarão como norte para as discussões das ações do governo no âmbito dos municípios e regiões, tornando-se elemento balizador para elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável e dos orçamentos anuais.

Vale ressaltar que para os fins da elaboração deste Plano Plurianual 2004/2007, algumas das etapas de médio prazo não tiveram tempo de ser implementadas, importando a agregação e revisão de suas demandas e conteúdos para a revisão do Plano, cujo previsão legal é de que ocorra no ano de 2005. Ter-se-á portanto, implantado em definitivo o processo de Planejamento Participativo estadual, que incluirá também consultas sobre os orçamentos anuais, o chamado Orçamento Participativo.

Segue abaixo, uma exposição gráfica do processo metodológico formulado e que vem sendo seguido pelo Governo do Estado, na tentativa de absorver a participação da sociedade civil organizada nas decisões sobre o desenvolvimento estadual.

PROCESSO METODOLÓGICO:

11 eventos: Conferências Regionais de Desenvolvimento

ESPERANTINA / PICOS / OEIRAS / VALENÇA DO PIAUÍ / SÃO RAIMUNDO NONATO / PARNAÍBA / TERESINA / CAMPO MAIOR / FLORIANO / URUCUÍ / CORRENTE

223 Municípios
16 representantes
de cada município

Procedimento Metodológico para Ação Regional



2. 1. Descrição dos Problemas:

É importante mencionar, como ponto de partida, que para fins do Plano Plurianual 2004/2007, optou-se por uma estratégia de apresentação dos principais problemas levantados nas Conferências Regionais e no âmbito da própria administração estadual, em torno de cinco eixos básicos: pobreza e qualidade de vida; desemprego e ausência de alternativas de renda monetária; segurança pública; burocracia e administração pública; e infra-estrutura econômica e social.

Trata-se portanto, de dar concretude à perspectiva sistêmica que foi anunciada anteriormente neste documento, enfoque este que procura conferir organicidade à apresentação posterior dos programas governamentais desenvolvidos pelo Poder Executivo, que serão desenvolvidos ao longo dos próximos anos, balizando assim a resolução dos diversos problemas aqui apontados.

2.1.1. - Pobreza e Qualidade de Vida:

Um dos pontos mais patentes de obstáculo à vida do cidadão piauiense é a pobreza e as péssimas condições de vida que se verificam na grande maioria das regiões do Estado. O problema é, obviamente, multicausal e tem relação com uma ordem ampla de fatores:

- " regularização da propriedade da terra para proteção dos bens familiares;
- " dificuldades de acesso a mercados para venda dos produtos;
- " baixa produtividade das atividades econômicas em geral, não apenas na agropecuária, mas também no comércio e nos serviços, com avanço da informalidade;
- " dificuldade de acesso aos ensinos médio em várias regiões;
- " deficiência e precariedade do funcionamento do ensino superior;
- " dificuldade de acesso a água p/consumo humano;
- " ausência e/ou precariedade do atendimento médico municipal;
- " dificuldade de convivência com o regime irregular de chuvas.